

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**  
**DOUTORADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL**

ROBERTO LUIS LUCHI DEMO

**INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E TECNOLOGIA NO PODER JUDICIÁRIO**  
**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUSTIÇA DIGITAL**  
**À LUZ DOS VALORES PÚBLICOS**

**BRASÍLIA**

**2024**

ROBERTO LUIS LUCHI DEMO

**INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E TECNOLOGIA NO PODER JUDICIÁRIO**  
**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUSTIÇA DIGITAL**  
**À LUZ DOS VALORES PÚBLICOS**

Tese de doutorado, desenvolvida sob a orientação do professor Rafael Silveira e Silva, apresentada para obtenção do Título de Doutor em Direito Constitucional.

**BRASÍLIA**

**2024**

ROBERTO LUIS LUCHI DEMO

**INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E TECNOLOGIA NO PODER JUDICIÁRIO**  
**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUSTIÇA DIGITAL**  
**À LUZ DOS VALORES PÚBLICOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de  
Doutorado em Direito Constitucional do IDP, como  
requisito para obtenção do título de Doutor em  
Direito.

07 de março de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professor Doutor Rafael Silveira e Silva**  
**IDP**

---

**Professor Doutor Fábio Lima Quintas**  
**IDP**

---

**Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães**  
**UnB**

---

**Professor Doutor Paulo Cezar Neves Junior**  
**Mackenzie**

A Deus, à família e aos amigos.

## SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO .....	8
1. INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO .....	22
1.1. Inovação na Administração Pública .....	23
1.2. Governança na Administração Pública.....	29
1.3. Políticas públicas e valores públicos na Administração Pública .....	35
1.4. A tecnologia na Administração Pública: o Governo Digital .....	44
1.5. Antecedentes da inovação e governança no Poder Judiciário .....	54
1.6. Inovação no Poder Judiciário.....	59
1.7. Governança no Poder Judiciário .....	69
1.8. Políticas públicas e valores públicos no Poder Judiciário .....	82
1.9. A tecnologia no Poder Judiciário: a Justiça Digital.....	90
2. JUSTIÇA DIGITAL: MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	98
2.1. Processo judicial eletrônico .....	99
2.2. Produção de documentos e outras provas por meio eletrônico.....	107
2.3. Comunicação eletrônica dos atos processuais .....	112
2.4. Sistemas eletrônicos de pesquisas patrimoniais .....	117
2.5. Audiências e sessões de julgamento por videoconferência .....	121
2.6. Sessão de julgamento virtual assíncrona .....	127
2.7. Balcão Virtual .....	131
2.8. Juízo 100% Digital .....	134
2.9. Dados no Poder Judiciário .....	139
2.10. Sistema informatizado de resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação (SIREC).....	142
2.11. Inteligência artificial no Poder Judiciário.....	148
2.12. Pontos de Inclusão Digital .....	156
2.13. Núcleos de Justiça 4.0.....	161
3. GOVERNANÇA E VALORES PÚBLICOS NA JUSTIÇA DIGITAL .....	166
3.1. Processo judicial eletrônico .....	173
3.1.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	173
3.1.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	176
3.2. Produção de documentos e outras provas por meio eletrônico.....	184
3.2.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	184
3.2.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	186
3.3. Comunicação eletrônica dos atos processuais .....	191
3.3.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	191
3.3.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	193
3.4. Sistemas eletrônicos de pesquisas patrimoniais .....	199
3.4.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	199
3.4.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	201
3.5. Audiências e sessões de julgamento por videoconferência .....	206
3.5.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	206
3.5.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	209
3.6. Sessão de julgamento virtual assíncrona .....	219
3.6.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	219
3.6.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	221
3.7. Balcão virtual.....	228

3.7.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	228
3.7.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	229
3.8. Juízo 100% Digital .....	233
3.8.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	233
3.8.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	234
3.9. Dados no Poder Judiciário .....	238
3.9.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	238
3.9.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	242
3.10. Sistema informatizado de resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação (SIREC).....	246
3.10.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	246
3.10.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	250
3.11. Inteligência artificial no Poder Judiciário.....	256
3.11.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	256
3.11.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	260
3.12. Pontos de Inclusão Digital .....	269
3.12.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	269
3.12.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	270
3.13. Núcleos de Justiça 4.0.....	274
3.13.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	274
3.13.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	278
3.14. Justiça Digital .....	282
3.14.1. <i>Benefícios e riscos</i> .....	282
3.14.2. <i>Governança e valores públicos</i> .....	287
CONCLUSÃO .....	308
REFERÊNCIAS .....	326

## RESUMO:

O presente trabalho analisa criticamente o fenômeno recente da Justiça Digital no Brasil, oriundo da inovação, governança e novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao Poder Judiciário. No âmbito da governança, destaca-se a formulação de políticas públicas judiciárias para atingir, de maneira mais efetiva, as expectativas do cidadão, agregando valor público ao serviço judiciário, de maneira geral, e à prestação jurisdicional, de maneira específica. As políticas públicas mais abrangentes do Poder Judiciário, pois trazem inovações que impactam significativamente o cotidiano de todos os atores do sistema de justiça, estão relacionadas com a aplicação da tecnologia, que resultam na criação de mais um ambiente para o cidadão acessar o serviço judiciário, sem a necessidade de ir fisicamente ao fórum. Esse novo ambiente ou nova dimensão do Poder Judiciário se denomina, para fins da presente tese, de Justiça Digital. Com pesquisa bibliográfica à doutrina, a pesquisas empíricas (feitas, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça e por pesquisadores em trabalhos científicos) e a documentos (como leis federais, atos normativos de tribunais e do Conselho Nacional de Justiça) e meta-avaliação, esse trabalho investiga como o Poder Judiciário está se relacionando com a tecnologia e se o estado da arte da Justiça Digital aumenta ou não a qualidade do serviço judiciário, com a criação de valores públicos, conforme os anseios do cidadão na atual sociedade da informação ou sociedade em rede. Após mobilizar o referencial teórico sobre inovação, governança, políticas públicas, valores públicos e tecnologia no âmbito do Poder Judiciário, bem assim mapear o estado da arte da Justiça Digital, o trabalho analisa as diversas políticas públicas da Justiça Digital, ilustrativamente: processo judicial eletrônico, comunicação eletrônica dos atos processuais, sistemas eletrônicos de pesquisas patrimoniais, audiências e sessões de julgamento por videoconferência, sessão de julgamento virtual assíncrona, Balcão Virtual, Juízo 100% Digital, dados no Poder Judiciário, Sistema informatizado de resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação, inteligência artificial no Poder Judiciário, Pontos de Inclusão Digital e Núcleos de Justiça 4.0. Após essa análise, conclui que o Poder Judiciário está fazendo uma boa governança no uso da tecnologia, bem assim que a Justiça Digital cria valores públicos em maior medida do que o serviço judiciário prestado unicamente pelo modelo tradicional e atende às expectativas do cidadão.

**Palavras-chave:** Poder Judiciário. Inovação. Governança. Tecnologia. Políticas públicas. Valores públicos.

## **ABSTRACT:**

This work analyzes critically the recent phenomenon of Digital Justice in Brazil, arising from innovation, governance and new information and communication technologies applied to the Judiciary. Within the scope of governance, the formulation of public judicial policies stands out to more effectively meet citizen expectations, adding public value to judicial service, generically, and to adjudication, specifically. The most comprehensive public policies of the Judiciary, as they bring innovations that impact significantly the daily lives of all actors in the justice system, are related to the application of technology, which results in the creation of another environment for citizens to access the judicial service, without the need to go physically to the forum. This new environment or new dimension of the Judiciary is called, for the purposes of this thesis, Digital Justice. With bibliographical research on doctrine, empirical research (carried out, for example, by National Council of Justice and by researchers in scientific works) and documents (such as federal laws, normative acts of courts and the National Council of Justice) and meta-evaluation, this work investigates how the Judiciary is relating to technology and whether the state of the art of Digital Justice increases or not the quality of the judicial service, with the creation of public values, according to the citizen's desires in the current information society or network society. After mobilizing the theoretical framework on innovation, governance, public policies, public values and technology within the scope of the Judiciary, as well as mapping the state of the art of Digital Justice, the work analyzes the various public policies of Digital Justice, illustratively: electronic judicial process, electronic communication of procedural acts, electronic patrimonial research systems, hearings and trial sessions via videoconference, asynchronous virtual trial session, Virtual Counter, 100% Digital Court, data in the Judiciary, computerized conflict resolution system through conciliation and mediation, artificial intelligence in the Judiciary, Digital Inclusion Points and Justice 4.0 Centers. After this analysis, it is concluded that the Judiciary is implementing good governance in the use of technology, as well as that Digital Justice creates public values to a greater extent than the judicial service provided solely through the traditional model and meets the expectations of citizens.

**Key-words:** Judiciary. Innovation. Governance. Technology. Public policy. Public values.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alexandre Libonati de; GABRIEL, Anderson de Paiva; PORTO, Fábio Ribeiro. Inteligência Artificial e a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro. In: ARAÚJO, Valter Shuenquener de; GOMES, Marcus Livio (coord). *Inteligência Artificial e aplicabilidade prática no Direito*. Brasília: CNJ, 2022, p. 13-30. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/inteligencia-artificial-e-a-aplicabilidade-pratica-web-2022-03-11.pdf>. Acesso em 11 ago. 2023
- AKUTSU, Luiz; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 4, p. 937-958, jun. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/51580>. Acesso em: 2 mai. 2023
- ALMEIDA, Vânia Hack. Apresentação. In: *Pandemia, novas tecnologias e acesso à justiça*. ALMEIDA, Vânia Hack de et all (org). Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2021, p. 7-11
- ALMEIDA, Maria Cândida Carvalho Monteiro de. Turmas 4.0. In: *Reunião da Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região*. 15 ago. 2023. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DF.
- AMARAL, Luciane. In: *Webinário Justiça Digital e seus desafios*. Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iOGyEb8FXqc>. Acesso em 20 dez. 2022
- ANDRADE, Matheus de Lima; MACHADO, Carlos Augusto Alcântara; REBOUÇAS, Gabriela Maia. Desenvolvimento Sustentável e a Inteligência Artificial no Âmbito do Poder Judiciário: Avanços e Desafios à Luz da Agenda 2030. *Revista Direito Público*, Brasília, Volume 20, n. 105, p. 478-500, jan.-mar. 2023
- ARAÚJO, Valter Shuenquener de; GABRIEL, Anderson de Paiva; PORTO, Fabio Ribeiro. Justiça 4.0: a transformação tecnológica do Poder Judiciário deflagrada pelo CNJ no biênio 2020-2022. *Revista Diex*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 20-37, 2022. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/diex/article/view/796>. Acesso em 06 out. 2022
- ARBIX, Glauco. A transparência no centro da construção de uma IA ética. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 02, p. 395-413, mai.-ago. 2020. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/117/>. Acesso em: 24 jun. 2023
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS POLÍTICAS E ECONÔMICAS. *Estudo da Imagem do Judiciário Brasileiro*. Brasília: AMB, 2019. Disponível em: [https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/04/ESTUDO\\_DA\\_IMAGEM\\_.pdf](https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/04/ESTUDO_DA_IMAGEM_.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.
- ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. As premissas para alavancar os projetos de inteligência artificial na justiça brasileira. *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*. Revista dos Tribunais Online, v. 1, out.-dez. 2018

BAHIA, Saulo José Casali. Audiências judiciais telepresenciais no Brasil pós-pandêmico. In: ALMEIDA, Vânia Hack de et all (org). *Pandemia, novas tecnologias e acesso à justiça*. Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2021, p. 107-114

BALDONI, Marina. Justiça 4.0: integração de sistemas agiliza decisões de processos previdenciários. *Conselho Nacional de Justiça*, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-4-0-integracao-de-sistemas-agiliza-decisoes-de-processos-previdenciarios/>. Acesso em: 01 dez. 2022

BANCO MUNDIAL. *Doing Business 2020*. Disponível em: <https://archive.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/media/Profiles/Regional/DB2020/LAC.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023

BARRETO, Gabriela Lima.; COSTA, Vivian Rodrigues Madeira da. O impacto das novas tecnologias na administração da Justiça em breve perspectiva comparada e internacional: a experiência brasileira e europeia. *Revista CNJ*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 63–76, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/400>. Acesso em: 30 jun. 2023

BARROSO, Luís Roberto. Retrospectiva 2008: judicialização, ativismo e legitimidade democrática. *Revista Eletrônica de Direito de Estado*. Salvador, n. 18, abr.-jun. 2009. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=344>. Acesso em: 14 mai. 2023

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quando e como regular as novas tecnologias? Os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. *Revista de Direito Administrativo*, v. 273, Rio de Janeiro, pp. 123-163, set. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/66659/64683>. Acesso em: 26 out. 2022

BECKER, Daniel; WOLKART, Erik Navarro; BRÍGIDO, João Pedro. Open Justice! In: FEIGELSON, Bruno; BECKER, Daniel; RODRIGUES, Marco Antonio (coord). *Litigation 4.0: o futuro da justiça e do processo civil vis-à-vis as novas tecnologias*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 203-224

BERTONCINI, Isabella. A Reforma do Estado: perspectivas para o Poder Judiciário. *Resenha Eleitoral*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 223-248, 2015. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/65>. Acesso em: 18 mar. 2023

BIONI, Bruno; ZANATTA, Rafael. O elefante na sala. *Folha de São Paulo*, 26 mar. 2023, p. C8

BOBEK, Michal. Data Protection, anonymity and courts. *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, n. 183, 2019. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3483543>. Acesso em: 25 jun. 2023

BOCHENEK, Antônio César. A governância e o princípio da coerência: considerações preambulares. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 23, abr. 2008. Disponível em: [https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao023/Antonio\\_Bochenek.html](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao023/Antonio_Bochenek.html). Acesso em: 04 mar. 2023

BOCHENEK, Antônio César. *A interação entre tribunais e democracia por meio do acesso aos direitos e à justiça: análise de experiências dos juizados especiais federais cíveis brasileiros*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2013

BOCHENEK, Antônio César; ELESBON, Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer. Os operadores dos sistema de justiça no Brasil e a pandemia da covid-19: percepções e contrastes. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, n. 19, p. 84-95, set. 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7846>. Acesso em: 25 jun. 2023

BOCHENEK, Antônio César; ZANONI, Luciana Ortiz Tavares Costa. *Análise da Pesquisa: Resposta Judiciária à Pandemia da Covid 19 - Países Lusófonos*, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jfsp.jus.br/paced>. Acesso em 07 fev. 2023

BOCHENEK, Antônio César; ZANONI, Luciana Ortiz Tavares Costa. Rede de Inovação do Poder Judiciário Brasileiro: Histórico dos Laboratórios de Inovação na Justiça Federal e a relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 47, p. 23-32, jun. 2021b. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/118>. Acesso em 20 ago. 2022

BONETI, Lindomar Wessler. *O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 2003

BORGES, Gustavo. In: *Seminário O Judiciário na Sociedade Digital*. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados: Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yd2UKAGBBv0>. Acesso em: 28 set. 2023

BRAGANÇA, Fernanda; LOSS, Juliana; BRAGA, Renata . Plataformas de solução de conflitos nas agências reguladoras e a implantação da Resolução n. 358 do Conselho Nacional de Justiça. *Revista CNJ*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 45-55, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/252>. Acesso em: 4 jun. 2023

BRANDINO, Gêssica; MOREIRA, Matheus. Virtualização da Justiça se intensifica no Brasil, gera ganhos e impõe desafios. *Folha de São Paulo*, 08 fev. 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/virtualizacao-da-justica-se-intensifica-no-brasil-gera-ganhos-e-impoe-desafios.shtml>. Acesso em 25 jun. 2022

BRANDINO, Gêssica; MOREIRA, Matheus. Entenda o avanço da Justiça Virtual no Brasil e as ações previstas até 2024. *Folha de São Paulo*, 15 fev. 2022b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/entenda-o-avanco-da-justica-virtual-no-brasil-e-as-aco-es-previstas-ate-2024.shtml>. Acesso em 25 jun. 2022

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013

CABRAL, James E.; CHAVAN, Abhijeet; CLARKE, Thomas M. *et al.* Using technology to enhance access to justice. *Harvard Journal of Law & Technology*, vol. 26, n. 1, p. 241-324,

fall 2012. Disponível em: <https://jolt.law.harvard.edu/volumes/online-paper-series>. Acesso em: 25 mar. 2023

CAMPELO, Raffael Gomes. A contribuição da tecnologia no melhoramento do acesso à justiça. *Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 1, n. 1, p. 115-131, dez. 2021. Disponível em: <https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/REPOJURN-V1-N1-21.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988

CARDOSO, Oscar Valente. Os princípios do juiz natural, virtual e artificial. In: ALMEIDA, Vânia Hack de et al (org). *Pandemia, novas tecnologias e acesso à justiça*. Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2021

CARNEIRO, Leandro Alves; VIANA, Livia de Souza; LAMOUNIER, Ludimila Penna et al. (org). *Cidades inteligentes: uma abordagem humana e sustentável*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021 (Série estudos estratégicos n. 12). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40194>. Acesso em: 03 mai. 2023

CARVALHO, Maximiliano Pereira de. *Governo eletrônico e gestão do Judiciário: a transformação digital da Justiça sob as óticas da celeridade, da eficácia, do orçamento e da experiência do usuário*. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). IDP, Brasília, 2019

CARVALHO, Maximiliano Pereira de. Governo eletrônico e gestão do judiciário: a transformação digital da justiça sob as óticas da celeridade, da eficácia, do orçamento e da experiência do usuário. *Revista Juris Plenum*, Caxias do Sul, v. 16, n. 93, p. 111-142, mai. 2020

CARVALHO, Paulo Gustavo Medeiros. In: *Webinário Justiça 4.0*. Conselho Nacional de Justiça: Brasília, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/xGxHam9DwNo>. Acesso em: 05 ago. 2023

CASTELLS, Manuel. *The rise of de network society*. The Information age: economy, society and culture. Vol. 1, editora Wiley-Blackwell, 2010, 2ª ed.

CASTRO, Carla Appollinario de; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto da Silva. *Relatório final. Desmaterialização territorializada: redefinindo as fronteiras do trabalho jurisdicional*. Rio de Janeiro: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, 2022

CASTRO, Marilú Pereira; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Dimensões da inovação em organizações da justiça: proposição de um modelo teórico-metodológico. *Cadernos EBAP.EBR*, Rio de Janeiro, v. 17, nº 1, p. 173-184, jan.-mar. 2019

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). *TIC Domicílios 2022*. 16 mai. 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/05/tic-domicilios-2022.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CHASE, Oscar G. *Direito, cultura e ritual: sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada*. Trad. Sergio Arenhart, Gustavo Osna. São Paulo: Marcial Pons, 2014

CHAVES, Luciano Athayde. O juiz e a governança do Poder Judiciário: do modelo burocrático ao democrático. *Revista da Ejuse*, Aracaju, n. 20, p. 25-54, 2014

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Processo em rede orientado a dados. In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (Coord.). *Inteligência Artificial e Direito Processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 507-532

CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. Princípios da inovação judicial. In: LUNARDI, Fabrício Castagna; CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda (coordenadores). *Inovação judicial: fundamentos e práticas para uma jurisdição de alto impacto*. Brasília: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021, p. 29-55

COELHO, Alexandre Zavaglia Pereira; SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. O processo de inovação tecnológica e os elementos da sustentabilidade digital. In: MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; COELHO, Alexandre Zavaglia Pereira (coord). *Direito, inovação e tecnologia*. São Paulo: Saraiva, 2015. (Série Direito, inovação e tecnologia, v. 1), p. 72-91

COELHO, Fábio Ulhoa. *Biografia não autorizada do Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021

COMISSÃO EUROPEIA PARA A EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA. *Diretrizes sobre como impulsionar a mudança em direção à ciberjustiça*. 2016. Disponível em: <https://rm.coe.int/16807482de>. Acesso em: 28 ago. 2022 (versão em português)

COMISSÃO EUROPEIA PARA A EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA. *European Ethical Charter on the Use of Artificial Intelligence in Judicial Systems and their environment*. Fev. 2019. Disponível em: <https://rm.coe.int/ethical-charter-en-for-publication-4-december-2018/16808f699c>. Acesso em: 18 ago. 2022

COMISSÃO EUROPEIA PARA A EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA. *Livro branco sobre inteligência artificial - uma abordagem europeia virada para a excelência e a confiança*. Fev. 2020, Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/commission-white-paper-artificial-intelligence-feb2020\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/commission-white-paper-artificial-intelligence-feb2020_pt.pdf). Acesso em: 18 ago. 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 35, n. 138, p. 39-48, abr-jun. 1998

COMPARATO, Fábio Konder. O Ministério Público na defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 40, p. 67-89, 2001. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1214>. Acesso em: 23 out. 2022

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Sistemas judiciais eletrônicos da Justiça Federal*. Brasília: CJF, 2018. Disponível em:

[https://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/Pesquisa\\_Sistemas\\_Eletronicos.pdf](https://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/Pesquisa_Sistemas_Eletronicos.pdf). Acesso em: 30 set. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça 4.0*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/>. Acesso em: 26 ago. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Painel dá transparência a projetos de inteligência artificial no judiciário*. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/painel-da-transparencia-a-projetos-de-inteligencia-artificial-no-judiciario/>. Acesso em: 12 ago. 2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Inteligência artificial no Poder Judiciário Brasileiro*. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/98/1/Intelig%0c3%aaancia%20Artificial%20no%20Poder%20Judiciario%20Brasileiro.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Com a plataforma Sinapses, Judiciário assume protagonismo no desenvolvimento de soluções de IA*. 27 jun. 2023d. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/com-a-plataforma-sinapses-judiciario-assume-protagonismo-no-desenvolvimento-de-solucoes-de-ia/>. Acesso em: 08 ago. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números 2023*. Brasília: CNJ, 2023c

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Cartilha Justiça 4.0*. Brasília: CNJ, 2021b. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Cartilha-Justica-4-0-WEB-28-06-2021.pdf>. Acesso em 05 jul. 2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Índice de acesso à justiça*. Brasília: CNJ, 2021c

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório de Ação Coordenada de Auditoria em Acessibilidade Digital*. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/aca-rel-acess-vf.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Procedimento de Controle Administrativo n. 0003251-94.2016.2.00.0000*, Relatora Conselheira Daldice Santana, Plenário, julgado em 23 jun. 2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Procedimento de Controle Administrativo n. 0002260-11.2022.2.00.0000*, Relator Conselheiro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Plenário, julgado em 11 nov. 2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Ato Normativo n. 0010159-31.2020.2.00.0000*, Relator Ministro Luiz Fux, Plenário, julgado em 15 de dezembro de 2020b

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Procedimento de Controle Administrativo n. 0005384-07.2019.2.00.0000*, Relatora Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, julgado em 19 ago. 2020c, decisão monocrática.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Ato Normativo n. 0005445-23.2023.2.00.0000*, Relatora Conselheira Salise Sanchotene, Plenário Virtual, julgado em 15 set. 2023b

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório final gestão Ministro Luiz Fux: programa Justiça 4.0*. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/af-pnud-relatorio-v3-web.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Pesquisa sobre percepção e avaliação do Poder Judiciário brasileiro*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/relatorio-pesquisa-percepcao-e-avaliacao-do-pjb.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023

CORDELLA, Antonio; CONTINIO, Francesco. *Tecnologías digitales para mejorar los sistemas de justicia: Un conjunto de herramientas para la acción*. Washington: BID, 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/tecnologias-digitales-para-mejorar-los-sistemas-de-justicia-un-conjunto-de-herramientas-para-la>. Acesso em: 30 set. 2023

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. A objetivação do processo e o ativismo judicial no contexto do pós-positivismo. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 251, p. 321-338, jan. 2016

COSTA, Alexandre Araújo; PEDROSA, Maria Helena Martins Rocha. O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal: evolução das formas de julgamento e periodização. *Revista Estudos Institucionais*, v. 8, n. 1, p. 62-87, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/666/770>. Acesso em: 18 fev. 2023

COUTINHO, Francisco Seraphico da Nóbrega. A implantação dos Núcleos de Justiça 4.0 nos Tribunais de Justiça. *Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 2, n. 1, p. 55-65, jun. 2022. Disponível em: [https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/20220726\\_REPOJURN.pdf](https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/20220726_REPOJURN.pdf). Acesso em: 11 jun. 2023

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo Digital na Implementação de Serviços Públicos para a Concretização de Direitos Sociais no Brasil. *Revista Seqüência*. Florianópolis, n. 84, p. 209-242, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642>. Acesso em: 22 jan. 2023

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Inteligência artificial no Judiciário. In: TOFFOLI, José Antonio Dias; CRUZ, Felipe Santa; GODINHO, André (org.). *Emenda constitucional nº 45/2004: 15 anos do novo Poder Judiciário*. Brasília: OAB, 2019. p. 499-513

CUNHA, Alexandre dos Santos. In: *webinário Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias*. Conselho Nacional de Justiça. 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fEY6C7cX6d4>. Acesso em: 15 abr. 2023

D'ALMEIDA, André Correa (advisor). *The future of AI in brazilian judicial system*. Columbia University: 2020. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2020/06/SIPA-Capstone-The-Future-of-AI-in-the-Brazilian-Judicial-System-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022

DE MARTIN, Bárbara Guimarães. As provas digitais e a utilização da geolocalização na Justiça do Trabalho. *Consultor Jurídico*. 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-nov-19/martin-provas-digitais-geolocalizacao-justica-trabalho>. Acesso em: 21 jan. 2023

DE STEFANO, Valerio. “Negotiating the algorithm”: Automation, artificial intelligence and labour protection. *Employment Working Paper n. 246*, Employment Policy Department ILO: Genebra, 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_policy/documents/publication/wcms\\_634157.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_634157.pdf). Acesso em: 05 mai. 2023

DEMO, Roberto Luis Luchi. Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 103/2019) e jurisprudência de crise no Supremo Tribunal Federal: perspectivas em torno do princípio da vedação do retrocesso social. *Revista CEJ*, Brasília, v. 25, n. 81, p. 07-19, jan-jun. 2021. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2582/2477>. Acesso em: 30 abr. 2023

DEMO, Roberto Luis Luchi. A importância do diálogo para o gerenciamento de conflitos previdenciários na justiça multiportas. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 59, n. 235, p. 103-127, jul./set. 2022. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril\\_v59\\_n235\\_p103](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril_v59_n235_p103). Acesso em: 17 nov. 2022

DEMO, Roberto Luis Luchi. *Gerenciamento de conflitos previdenciários repetitivos na justiça multiportas*: análise dos benefícios por incapacidade. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2023

DIAS, Mariana Teles Viegas Cruz; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; ROMÃO, Miguel Lopes. Tecnologia e Justiça: modelo de ciberjustiça (versão 1.0 versus 2.0). In *Anais do Encontro de Administração da Justiça - ENAJUS 2019*. Disponível em: <http://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2019/243.pdf>. Acesso em 03 ago. 2022

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. *Inovação e tecnologias da comunicação e informação na Administração Pública*. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284>. Acesso em: 04 jul. 2023

DIDIER JR, Fredie. Negócios jurídicos processuais atípicos no Código de Processo Civil de 2015. *Revista Brasileira da Advocacia*, ano 1, vol. 1, p. 59-84, abr.-jun. 2016

DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito de Direito Processual Civil*, v. 1, São Paulo: Juspodivm, 2021

DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. Introdução ao estudo das boas práticas na administração da justiça: a relevância dogmática da inovação. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, Belo Horizonte, v. 15, n. 45, p. 165-198, jul.-dez. 2021

DIDIER JR, Fredie; FERNANDEZ, Leandro. *O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual*: administração judiciária, boas práticas e competência normativa. São Paulo: Editora Jus Podivm, 2022



DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. O sistema brasileiro de justiça multiportas como um sistema auto-organizado: interação, integração e seus institutos catalisadores. *Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, Ano 3, n. 1, p. 13-41, jan-jun. 2023. Disponível em: [https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/Repojurn\\_TJRN\\_a3-n1\\_artigo\\_01.pdf](https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/Repojurn_TJRN_a3-n1_artigo_01.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023

DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. O uso da tecnologia blockchain para arquivamento de documentos eletrônicos e negócios probatórios segundo a Lei de Liberdade Econômica. In: NUNES, Dierle et all (coord). *Inteligência Artificial e o direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. São Paulo: Editora Juspodivm, 2020, p. 359-380

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org). *Reforma do estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Brasília: UnB/Enap, 1997, p. 19-53

DONOGHUE, Jane. The Rise of Digital Justice: Courtroom Technology, Public Participation and Access to Justice. *The Modern Law Review*, Oxford, v. 80, n. 6, p. 995-1025, nov. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26647119>. Acesso em: 19 set. 2023

FABRA I ABAT, Pere (coord). *E-justicia: la justicia en la sociedad del conocimiento. Retos para los países iberoamericanos*. República Dominicana: 2006. Disponível em [https://ictlogy.net/articles/fabra\\_battle\\_cerrillo\\_galiano\\_pena-lopez\\_colombo\\_-\\_estudio\\_ejusticia.pdf](https://ictlogy.net/articles/fabra_battle_cerrillo_galiano_pena-lopez_colombo_-_estudio_ejusticia.pdf). Acesso em 28 jun. 2022

FALCÃO, Joaquim. O Congresso e a organização do Judiciário. *Correio Braziliense*, 19 mar. 2009, p. 29. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/40911/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2022

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. A evolução da inteligência artificial em breve retrospectiva. In: BARBOSA, Mafalda Miranda et al (coord). *Direito Digital e Inteligência Artificial*. Diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Editora Foco, 2021, p. 03-26

FERRARI, Isabela. Apresentação. In: FERRARI, Isabela (coord.). *Justiça Digital*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020 (versão Kindle)

FIGUEIREDO, Guilherme Silva. *Projeto ATHOS: Um estudo de caso sobre a inserção do Superior Tribunal de Justiça na era da inteligência artificial*. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2022. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44557/1/2022\\_GuilhermeSilvaFigueiredo.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44557/1/2022_GuilhermeSilvaFigueiredo.pdf). Acesso em: 08 ago. 2023

FLORIDI, Luciano. The end of an era: from self-regulation to hard law for the digital industry. *SSRN*, Rochester, nov. 2021. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3959766](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3959766). Acesso em: 12 nov. 2022

FORSTER, João Paulo Kulczynski; SCHÄFER, Gilberto; PREVIDELLI, José Eduardo Aidikaitis; BURALDE, Camila Mousquer. O Direito Humano à Audiência no Processo: Novo

Paradigma em Tempos de Pandemia. *Revista Direito Público*, Brasília, Volume 17, n. 96, p. 226-250, nov./dez. 2020

FONTE, Rodrigo Maia da. *Serviço judicial digital: a percepção de magistrados brasileiros sobre o futuro do Judiciário*. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Brasília-DF, 2022.

FREITAS, Vladimir Passos de. Poder Judiciário não deve ignorar a governança pública. *Revista Consultor Jurídico*, 1.º mar. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mar-01/segunda-leitura-poder-judiciario-nao-ignorar-governanca-publica>. Acesso em: 03 out. 2022

FREIRE, Tatiane. Conselho amplia e difunde uso dos sistemas de pesquisas patrimoniais. *Conselho Nacional de Justiça*. 22 set. 2016 Disponível em <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/386913374/conselho-amplia-e-difunde-uso-dos-sistemas-de-pesquisas-patrimoniais#:~:text=Conselho%20amplia%20e%20difunde%20uso%20dos%20sistemas%20de%20pesquisas%20patrimoniais,-Salvar&text=O%20Conselho%20Nacional%20de%20Justi%C3%A7a,judiciais%20envolvendo%20bens%20e%20valores>. Acesso em 02 jul. 2022

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Políticas Públicas do Poder Judiciário: uma análise quantitativa e qualitativa do impacto da implantação do processo judicial eletrônico (PJe) na produtividade dos tribunais*. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/22051>. Acesso em 26 jun. 2022

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS. *Online Dispute Resolution: Um Estudo à luz da Resolução n. 358 do CNJ*. Brasília: Enfam, 2023. Disponível em: [https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio\\_odr.pdf](https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio_odr.pdf). Acesso em: 28 set. 2023

GALANTER, Marc. Why the “haves” come out ahead: speculations on the limits of legal change. *Law and Society Review*, New York, n. 9, p. 95-160, 1974

GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat. O futuro da deliberação no STF: entre o virtual e o presencial. *Revista Consultor Jurídico*. 30 set. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-set-30/observatorio-constitucional-futuro-deliberacao-stf-entre-virtual-presencial/>. Acesso em: 16 nov. 2023

GARAPON, Antoine. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999

GARAPON, Antoine; LASSÈGE, Jean. *Justice Digitale: révolution graphique et rupture anthropologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2018

GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Informatização e prestação jurisdicional: desafios e perspectivas. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n.11, maio 2006. Disponível em: [https://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao011/sergio\\_garcia.htm](https://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao011/sergio_garcia.htm). Acesso em: 07 mar. 2022

GARTH, Bryant G.; CAPPELLETTI, Mauro; TROCKER, Nicolo. Access to Justice. Variations and Continuity of a World-Wide Movement. *Maurer School of Law Digital Repository*. Indiana, p. 221-263, 1985. Disponível em: <https://www.repository.law.indiana.edu/facpub/1064/>. Acesso em: 23 out. 2022

GODINHO, Robson Renault. A autonomia das partes e os poderes do juiz entre o privatismo e o publicismo do processo civil brasileiro. In: *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 169-208, out./dez. 2013. Disponível em <https://www.mprj.mp.br/servicos/revista-do-mp/revista-50>. Acesso em 27 jun. 2022

GOMES, Adalmir de Oliveira; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Desempenho no Judiciário. Conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista De Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 2, p. 379-401, mar.-abr. 2013. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8063>. Acesso em 24 jun. 2022

GONÇALVES, Arlindo. O conceito de governança. In: *XIV Congresso Nacional do Conpedi*. 2005. Disponível em: [https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis\\_1258398685850\\_alcindo\\_goncalves\\_o\\_conceito\\_de\\_governanca.pdf](https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf). Acesso em: 04 mar. 2023

GUERREIRO, Mario Augusto Figueiredo de Lacerda. Inovações na adoção da inteligência artificial pelo Poder Judiciário brasileiro. In: BARBOSA, Mafalda Miranda et al. *Direito Digital e Inteligência Artificial*. Diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Editora Foco, 2021, p. 509-531

GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Desafios da pesquisa em administração da justiça. In: *Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias*. 2023, Brasília, DF, vídeo. Webinar realizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t8Ik4urxUHs>. Acesso em: 02 mai. 2023

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; ODELIUS, Catarina Cecilia; MEDEIROS, Janann Joslin et al. Management innovation at the Brazilian Superior Tribunal of Justice. *The American Review of Public Administration*, v. 41, n. 3, p. 297-312, 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/6388011/Management\\_Innovation\\_at\\_the\\_Brazilian\\_Superior\\_Tribunal\\_of\\_Justice](https://www.academia.edu/6388011/Management_Innovation_at_the_Brazilian_Superior_Tribunal_of_Justice). Acesso em: 12 mar. 2023

GUSMÃO, Bráulio Gabriel. Itinerário para um programa de aceleração digital na jurisdição. In: Lunardi, Fabrício Castagna; Clementino, Marco Bruno Miranda (coordenadores). *Inovação judicial: fundamentos e práticas para uma jurisdição de alto impacto*. Brasília: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021, p. 87-106

HAGAN, Margaret. *Law by design*. 2017. Disponível em: [www.lawbydesign.co](http://www.lawbydesign.co). Acesso em: 02 out. 2022

HERNANDES, Raphael. GPT evolui muito, problemas permanecem e perigos crescem. *Folha de São Paulo*, 30 mar. 2023, p. A32

IGREJA, Rebecca Lemos.; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Acesso à justiça: um debate inacabado. *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 191-220,

2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/68/38>. Acesso em: 21 fev. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA. *Princípios do IBGP para Governança Pública*, 2014 Disponível em: <https://forum.ibgp.net.br/principios-para-boa-governanca-publica/>. Acesso em: 01 out. 2022

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estado, Instituições e Democracia: República*. Série: Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro. Livro 9: Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia, volume 1. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5802-livro09estadoinstituicoesdemocraciavol1.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *II Mapa da Defensoria Pública Estadual e Distrital no Brasil*, Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/39420/2o-Mapa-das-Defensorias-Publicas-Estaduais-e-Distrital-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023

IWAKURA, Cristiane Rodrigues; VIANA, Priscila Leal Seifert. Judiciário Digital: o que é mito e o que é verdade sobre as barreiras tecnológicas e o acesso à justiça no Brasi. *Revista Confluências*. Niterói. v. 24, n. 1, p. 140-157, jan.-abr. 2022,. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias>. Acesso em: 16 fev. 2023

JAQUES, Marcelo Dias. *Limites e possibilidades da mediação digital como política pública potencializadora do direito fundamental de acesso à justiça no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Direito). UNISC. Santa Cruz do Sul/RS.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. *DataGramaZero*, v. 1, n. 5, 2000. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4476>. Acesso em: 07 mar. 2023

JUNIOR, Homonnai. Lei do Governo Digital, um novo paradigma na relação Estado-cidadão. *Revista Consultor Jurídico*. 30 mai. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-30/opinio-lei-governo-digital-paradigma>. Acesso em: 01 out. 2022

JUNQUILHO, Tainá Aguiar; MAIA FILHO, Mamede Said. Inteligência Artificial no Poder Judiciário: lições do Projeto Victor. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 48, p. 147-160, jun. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5615>. Acesso em: 29 ago. 2022

KAPLAN, Andreas; HAENLEIN, Michael. Siri, Siri, in my hand: who's the fairest in the land? On the interpretations, illustrations, and implication of artificial intelligence. *Business Horizons*, v. 62, n. 1, p. 15-25, Jan./Feb. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681318301393>. Acesso em: 24 ago. 2022

KATSH, Ethan; RABINOVICH-EINY, Orna. *Digital Justice*. Technology and the internet of disputes. Oxford: Oxford University Press, 2017

KEZEN, Sérgio Paranhos. *Expansão do Plenário Virtual: deliberação, poderes individuais e publicidade no Supremo Tribunal Federal*. 2021. Monografia (Bacharelado em Direito). FGV, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31647/S%C3%89RGIO%20PARANHOS%20KEZEN.pdf?sequence=1>. Acesso em 28 jul. 2022

LIMA, Adriana Sousa; RAMOS NETO, Newton Pereira. Gestão judicial da pandemia covid-19: o trabalho remoto como regra de funcionamento do Poder Judiciário. *Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*. Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 22 – 40, Jul/Dez. 2020, Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistapoliticiajudiciaria/issue/view/487>. Acesso em: 27 fev. 2022

LIMA, Caio Moysés de. Laboratórios de Inovação e Tecnologia. In: LUNARDI, Fabrício Castagna; CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda (coordenadores). *Inovação judicial: fundamentos e práticas para uma jurisdição de alto impacto*. Brasília: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021, p. 107-142

LIMA, Marcelo Chiavassa de Mello Paula; TEIXEIRA, Milena Gomes Francisco. O impacto das novas tecnologias no direito probatório: um olhar sobre os documentos eletrônicos digitais. *Revista de Processo*. São Paulo, vol. 339, ano 48, p. 353-380, mai. 2023

LOEVINGER, Lee. Jurimetrics: The Methodology of Legal Inquiry. *Law and Contemporary Problems*, v. 28, n. 1, p. 5-35, 1963. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1190721>. Acesso em: 22 out. 2023.

MACHADO, Jorge; LINO, Daniel. Gerencialismo e justiça aberta. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1–18, set.-dez. 2021. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1755>. Acesso em: 24 jun. 2023

MAGALHÃES, Marcus Abreu de. *Responsabilidade civil por dados pessoais*. 2020. Dissertação (Mestrado em ciências jurídicas). School of Legal Studies, Ambra University, Orlando, Flórida, 2020

MAIA, Maurilio Casas. A “vulnerabilidade eletrônica” e a “sexta onda renovatória de acesso à justiça” na “Sociedade 5.0”: a tecnologia enquanto obstáculo e facilitadora do acesso. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, vol. 1052, p. 39-56, jun. 2023

MALDONADO, Viviane Nóbrega. O uso da tecnologia em prol da justiça: aonde podemos chegar? In: MALDONADO, Viviane Nóbrega; FEIGELSON, Bruno (coord). *Advocacia 4.0*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 43-67

MALONE, Hugo; NUNES, Dierle. *Manual da Justiça Digital*. Compreendendo a Online Dispute Resolution e os Tribunais Online. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022

MALONE, Hugo; NUNES, Dierle. A implementação de nudges em plataformas digitais de resolução de conflitos. *Revista de Processo*. São Paulo, vol. 340, p. 385-405, jun. 2023

MARGRAF, Alencar Frederico; FRANCO, Tiago Arantes. Inteligência artificial na produção de decisões humanizadas: uma verdadeira quimera da busca pela decisão perfeita. *Revista Jurídica Luso-brasileira*. Lisboa. Ano 5, n. 5, 2019, p. 1-19. Disponível em: <https://www.cidp.pt/publicacao/revista-juridica-lusobrasileira-ano-5-2019-n-5/201>. Acesso em: 23 ago. 2022

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do Processo Civil*. São Paulo: Malheiros, 2ª ed., 1996

MARQUES, Ana Luiza; WERNECK, Isadora. A utilização do *design* jurídico como ferramenta de acesso à justiça. In: FEIGELSON, Bruno; BECKER, Daniel; RODRIGUES, Marco Antonio (coord). *Litigation 4.0: o futuro da justiça e do processo civil vis-à-vis as novas tecnologias*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 93-114

MARQUES, Priscilla Aline Gonçalves; BACKES, Danieli Artuzi Pes. Experiência bem-sucedida de teletrabalho na Administração Pública – o caso de um órgão do Judiciário brasileiro. *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas, v.8, n.48, p. 46-65, jun. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/119>. Acesso em: 20 ago. 2022

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. *Um guia de governança para resultados na Administração Pública*. Brasília: Publix, 2010

MARTINS, Tiago do Carmo. Audiências virtuais na pandemia: idoneidade da prova testemunhal produzida. In: ALMEIDA, Vânia Hack de et al (org). *Pandemia, novas tecnologias e acesso à justiça*. Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2021, p. 115-125

MEDINA, José Miguel Garcia; MARTINS, João Paulo Nery dos Passos. A Era da Inteligência Artificial: as Máquinas poderão tomar Decisões Judiciais?. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, vol. 1020, ano 109, p. 311-338, out. 2020

MELLO FILHO, Luiz Fernando Bandeira de. In: *17º Encontro Nacional do Poder Judiciário*. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/FgL6MmhF6Vo?feature=shared>. Acesso em: 06 dez. 2023

MELO, Luiz Albuquerque. *O processo eletrônico nos Juizados Especiais Federais da 5ª Região: tecnologia a serviço da democracia*. 2009. Dissertação (Mestrado profissional em gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009

MELO, Pricila Louchard Duarte Carneiro. *Impactos da especialização e da regionalização de competências: equalização de cargas de trabalho das unidades judiciárias de 1º grau da Justiça Federal da 4ª Região*. 2022. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Florianópolis, SC, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/23472/1/TCC%20Pricila%20Louchard%20%28FINAL%29.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023

MENASHE, Doron. A Critical Analysis of the Online Court. *University of Pennsylvania Journal of International Law*, vol. 39, n. 4, p. 921-953, 2018. Disponível em: <https://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol39/iss4/1>. Acesso em: 10 dez. 2023

MENDES, Laura Schertel. Autodeterminação informativa: a história de um conceito. *Pensar - Revista de ciências jurídicas*. Fortaleza. v. 25, n. 4, p. 1-18, out.-dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/10828>. Acesso em: 23 nov. 2022

MENEZES NETO, Elias Jacob; CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. Using deep learning to predict outcomes of legal appeals better than human experts: a study with data from brazilian federal courts". *Plos*, Kwazulu-Natal, 2022. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0272287>. Acesso em 24 ago. 2022

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Programa Wi-Fi Brasil: Programa de Governo Eletrônico: Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)*. Brasília: Ministério das Comunicações, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/wi-fi-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Mais de 21,3 mil pontos de internet do Wi-Fi Brasil são instalados*, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/12/mais-de-21-3-mil-pontos-de-internet-do-wi-fi-brasil-sao-instalados>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MORAES, Camila Miranda de. *Efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho por meio do processo judicial eletrônico*. 2019. Tese (Doutorado em Direito). PUC-SP. São Paulo, 2019

MORAES, Silvia Maria Wanderley. In: Fórum Internacional Justiça e Inovação. *Conselho Nacional de Justiça*. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UpcHcz4hgvQ>. Acesso em: 08 ago. 2023

MORAES, Thiago Maia Sayão de. Inovação no Judiciário, um Paradoxo? In *Anais do Encontro de Administração da Justiça – ENAJUS 2021*. Disponível em: <https://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2021/sessao-20/2-inovacao-no-judiciario-um-paradoxo.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022

MORAES, Germana de Oliveira; FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. O Conselho Nacional de Justiça como ponto de mutação do sistema judicial brasileiro. In: *Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI*, Vitória-ES, 2011, p. 1102-1121. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais.php>. Acesso em: 01 fev. 2023

MOREIRA, José Antonio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. *Revista UFG*, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 6 out. 2022

MOREIRA, Tássia Rodrigues. Acesso democrático à justiça na era da tecnologia: uma questão de política pública. In: TAVARES NETO, José Querino; SILVA, Juvêncio Borges; BELLINETTI, Luiz Fernando (coord). *Acesso à justiça II* [Recurso eletrônico on-line].

Florianópolis: CONPEDI, 2020, p. 228-243. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/2i8uuq04/os73m777Ys9VIU9S.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022

MOTTA, Paulo. Revendo estrategicamente as organizações do Poder Judiciário: uma perspectiva gerencial. *Cadernos FGV Projetos: Poder Judiciário e Gestão Eficiente*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 24-31, mai.- jun. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6919/536.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mar. 2023

MOURA, Júlia. Superapp, citado por Campos Neto, é o próximo passo do open finance. *Folha de São Paulo*, 19 nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/superapp-citado-por-campos-neto-e-o-proximo-passo-do-open-finance-entenda.shtml>. Acesso em: 09 dez. 2023

MOZETIC, Vinícius Almada. Os sistemas jurídicos inteligentes e o caminho perigoso até a teoria da argumentação de Robert Alexy. *Revista Brasileira de Direito*. Passo Fundo, vol. 13, n. 3, p. 437-454, Set.-Dez. 2017. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1939/1416>. Acesso em: 23 ago. 2022

NASCIMENTO, Alexandre. O uso da inteligência artificial está transformando o Direito. São Paulo: *Estadão*. 2022. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/blogs/alexandre-nascimento/inteligencia-artificial-direito/?amp>. Acesso em: 27 out. 2022)

NAVARRO, Trícia. In: *Webinário Justiça 4.0*. Conselho Nacional de Justiça: Brasília, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/xGxHam9DwNo>. Acesso em: 05 ago. 2023

NEGRI, Sandra. *A produção de valores públicos de gestão no poder judiciário brasileiro sob a ótica da teoria de Moore*. 2019. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2019

NEGRI, Sandra; PEDRON, Cristiane Drebes; CORREIA, Pedro Miguel. Alves Ribeiro. Poder Judiciário brasileiro: produção de valores públicos no serviço de justiça. *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas, v.8, n.47, p. 17-22, jun. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/118>. Acesso em: 28 jan. 2023

NEVES, Rodrigo Santos; PEDRA, Adriano Sant'Ana. A ouvidoria no governo digital. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, vol. 1047, ano 112, p. 21-34, jan. 2023

NEVES JUNIOR, Paulo Cezar. *Judiciário 5.0: inovação, governança, usucentrismo, sustentabilidade e segurança jurídica*. São Paulo: Blucher, 2020

NIEVA-FENOLL, Jordi. Technology and fundamental rights in the judicial process. *Civil Procedure Review*, v. 13, n. 2, p. 53-68: mai.-ago. 2022. Disponível em: <https://civilprocedurereview.com/revista/article/view/293/236>. Acesso em: 23 abr. 2023

NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? *Revista EJEF*,



Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 113-144, jul.-dez. 2022. Disponível em: <https://ejef.tjmg.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/Revista-EJEF-miolo-final.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023

NUNES, Dierle. Citação por Whatsapp e recente decisão do STJ: texto coescrito com *ChatGPT*. *Revista Consultor Jurídico*. 24 ago. 2023. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2023-ago-24/dierle-nunes-citacao-whatsapp-recente-decisao-stj#\\_ftn2](https://www.conjur.com.br/2023-ago-24/dierle-nunes-citacao-whatsapp-recente-decisao-stj#_ftn2). Acesso em: 10 nov. 2023

NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual: fusão de conhecimentos para geração de uma nova justiça centrada no ser humano. *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 344, p. 403-429, out. 2023b

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Otávio Morato de. O uso da inteligência artificial explicável enquanto ferramenta para compreender decisões automatizadas: possível caminho para aumentar a legitimidade e confiabilidade dos modelos algorítmicos? *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 18, p. 1-27, jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/69329/61096>. Acesso em: 12 set. 2023

NUNES, Dierle; MALONE, Hugo. Devemos retroceder dos tribunais híbridos? *Revista Consultor Jurídico*, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-fev-09/nunes-malone-devemos-retroceder-tribunais-hibridos>. Acesso em: 20 jul. 2023

NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza; RODRIGUES, Larissa Holanda Andrade et al. *Visual Law: o design em prol do aprimoramento da advocacia*. 2. ed. Belo Horizonte: Lider, 2023. Disponível em: <https://caamg.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Manual-de-visual-law-versao-07-11-2022.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023

NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho. Inteligência artificial e direito processual: vieses algorítmicos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 285, p. 421-447, nov. 2018

NUNES, Marcelo Guedes (coord). *Formas alternativas de gestão processual: a especialização de varas e a unificação de serventias*. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/just-presquisa-formas-alternativas-gestao2020.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023

OLIVEIRA, Giovanna Santos de Freitas de; ANDREASSA JR., Gilberto. Limites éticos para a utilização da inteligência artificial no direito processual. *Revista de Direito da FAE*, Curitiba, vol. 4, n. 2, p. 273-299, dez. 2021. Disponível em: <https://revistadedireito.fae.edu/direito/article/view/94>. Acesso em: 24 ago. 2022

OLIVEIRA, Leonardo Ferreira de. *Essays on innovation capacity in courts*. 2023. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Brasília. Brasília, 2023

OLIVEIRA, Natan Figueredo. Acesso ao Poder Judiciário na era digital: uma abordagem sobre o impacto da tecnologia para pessoas que vivem na pobreza. *Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*, v. 7, n. 2, p. 01-18, jul-dez. 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistapoliticiajudiciaria/article/view/8101/pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, p. 6-22, Ano 5, n. 9, ago-set. 2011

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Promovendo a Transformação Digital dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste*. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/development/revisao-comparada-de-governo-digital-9789264307155-pt.htm>. Acesso em: 08 mar. 2023

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Revisão do Governo Digital do Brasil*. Paris: OCDE, 2018b. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3627/1/2b.%20Review%20OCDE%20Governo%20Digital%20%28Portugu%C3%AAs%29.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Recommendation of the Council on Digital Government Strategies*. 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/digital-government/Recommendation-digital-government-strategies.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023

PAULO, Rafael Leite. In: *seminário Acesso à Justiça Digital: vencendo a exclusão*. Escola da Magistratura Federal da 1ª Região: Brasília, 2023

PEIXOTO, Ravi; GUILHERME, Rosana de Jesus; ZANETI JR., Hermes. Justiça on-line: repensando o exercício da jurisdição a partir da experiência canadense. *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 326, ano 47, p. 417-448, abr. 2022

PEREIRA, João Carlos Murta; RODRIGUES, Marcos Vinícius Jardim. A Plataforma Sinapses e a Continuidade dos Modelos de IA no Judiciário. In: *Anais do Encontro de Administração da Justiça – ENAJUS 2021*. Disponível em: <https://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2021/sessao-15/2-a-plataforma-sinapses-e-a-continuidade-dos-modelos-de-ia-no-judiciario.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022

PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares; SOUZA JUNIOR, Eurípedes José de. Primeiras reflexões sobre o devido processo tecnológico na aplicação de provimentos vinculantes por sistemas de decisões automatizadas. *IDP Law Review*, v. 1, n.2, p. 25-39, abr. 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/lawreview/article/view/5642>. Acesso em: 6 out. 2022

PEREIRA, Marina Polli. *Meios Digitais de Investigação Patrimonial na Execução Civil Brasileira: A Busca por um Procedimento Pré-Executivo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

PERES, Livia Cristina Marques. In: *Webinário Prevjud Explicado: Agilidade e Efetividade aos Processos Previdenciários*. Conselho Nacional de Justiça: Brasília-DF. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VfWfaeZftfg&t=592s>. Acesso em: 02 jun. 2023.

PICARELLI, Eduardo Tonetto. In: *2º Webinário Prevjud Explicado: desburocratização, agilidade e efetividade nas ações previdenciárias*. Conselho Nacional de Justiça. Brasília:

2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2y1qfh3kqpU>. Acesso em: 06 ago. 2023

PICCOLI, Ademir Milton. As sete premissas para acelerar a inovação no ecossistema de justiça. In: LUNARDI, Fabrício Castagna; CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda (coordenadores). *Inovação judicial: fundamentos e práticas para uma jurisdição de alto impacto*. Brasília: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021, p. 57-85

PIMENTEL, Alexandre Freire. Los antecedentes históricos y los principios de los sistemas de proceso electrónico brasileño y español. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 208, p. 149-167, jun. 2012

PIMENTEL, Alexandre Freire. Uma proposta taxonômica para um *big data* jurisdicional: o problema do uso da inteligência artificial e a proteção de dados processuais no ambiente da Justiça 4.0. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 47, n. 330, p. 391-413, ago. 2022

PIMENTEL, Alexandre Freire; PEREIRA, Mateus Costa; SALDANHA, Paloma Mendes. El proceso judicial electrónico, la seguridad jurídica y violaciones de los derechos fundamentales desde el punto de vista del sistema jurídico brasileño. *Revista de Derecho, Comunicaciones y Nuevas Tecnologías*. Universidad de los Andes (Colombia). n 17, p. 3-19, ene.-jun. 2017. Disponível em [https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=pxVZ49YAAAAJ&citation\\_for\\_view=pxVZ49YAAAAJ:blknAaTinKkC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=pxVZ49YAAAAJ&citation_for_view=pxVZ49YAAAAJ:blknAaTinKkC). Acesso em 29 jun. 2022

PINHEIRO, Victor Marcel. Serão os legisladores substituídos por inteligência artificial? *Revista Consultor Jurídico*. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mai-23/fabrica-leis-serao-legisladores-substituidos-inteligencia-artificial>. Acesso em: 01 jun. 2023

PINHO, Angela. Plenário virtual enxuga fila de processos no STF, mas sofre críticas por falta de debates. *Folha de São Paulo*, 8 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/plenario-virtual-enxuga-fila-de-processos-no-stf-mas-sofre-criticas-por-falta-de-debates.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2023

PINTO, Henrique Alves. A utilização da inteligência artificial no processo de tomada de decisões: por uma necessária accountability. *Revista de Informação Legislativa*: Brasília a. 57 n. 225 p. 43-60 jan./mar. 2020

PINTO, Esdras Silva; GABRIEL, Anderson de Paiva. *Virtualização da jurisdição: como a tecnologia pode melhorar a imagem do Poder Judiciário*. 2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-set-08/concurso-artigos-cpjamb-leia-artigo-ficou-lugar>. Acesso em 24 jun. 2022

PORTO, Fábio Ribeiro. In: Sistemas processuais de cortes devem ser unificados até setembro, diz juiz do CNJ. *Revista Consultor Jurídico*, 03 jul. 2022. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2022-jul-03/sistemas-processuais-unificados-setembro-juiz>. Acesso em 05 jul. 2022

PORTO, Fábio Ribeiro. A involução do modelo de justiça digital no Brasil ("back to the past"). *Revista Jus*. 12 fev. 2023. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/102447/a-involucao-do-modelo-de-justica-digital-no-brasil-back-to-the-past>. Acesso em: 20 jul. 2023

PRADO, Eunice Maria Batista. Juízo 100% Digital x Exclusão Digital: soluções concretas ao (aparente) impasse. In: *Anais do Encontro de Administração da Justiça – ENAJUS 2021*. Disponível em: <https://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2021/sessao-01/2-juizo-100-digital-x-exclusao-digital-solucoes-concretas-ao-aparente-impasse.pdf>. Acesso em 29 jul. 2022

PRADO, Eunice M. B; MÜNCH, Luciane A. Corrêa; VILLARROEL, Márcia A. Corrêa Ughini. “Sob Controle do Usuário”: Formação dos Juizes Brasileiros para o Uso Ético da IA no Judiciário. *Revista de Direito Público*, Brasília, Volume 18, n. 100, 327-348, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6021/pdf>. Acesso em 03 ago. 2022

RAMOS, Fabíola Böhmer de Souza. *Como a ODR (Online Dispute Resolution) pode ser instrumento de solução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário*. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2018

RAMOS, Luciana de Oliveira; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de et al. *Relatório ICJBrasil*, 2021. São Paulo: FGV Direito SP. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30922>. Acesso em 24 jun. 2022

RAMPIN, Talita; IGREJA, Rebecca Lemos. Acesso à Justiça e Transformação Digital: um Estudo sobre o Programa Justiça 4.0 e Seu Impacto na Prestação Jurisdicional. *Revista de Direito Público*, Brasília, Volume 19, n. 102, p. 120-153, abr.-jun. 2022

REICHELDT, Luis Alberto. Os “núcleos de justiça 4.0” e o direito fundamental à tutela jurisdicional eficiente na perspectiva da justiça civil. *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 341, p. 353-365, jul. 2023

RESNIK, Judith. Reinventing Courts as Democratic Institutions. *Daedalus. Massachusetts*, vol. 143, n. 3, The Invention of Courts, p. 9-27, Summer 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43298039>. Acesso em: 18 mar. 2023

RICHA, Morgana de Almeida. *Políticas públicas judiciárias e acesso à justiça*. São Paulo: LTr, 2021

ROBL FILHO, Ilton Norberto; KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Plenário Virtual, poder de agenda e processos deliberativos no âmbito do Supremo Tribunal Federal. In: DO VALE, André Rufino; QUINTAS, Fábio Lima; ABOUD, Georges. (Org.). *Processo Constitucional Brasileiro: Propostas para a Reforma*. São Paulo: Almedina, 2022, p. 193-206

RODRIGUES, Guilherme Vinicius Justino; ZAFFARANI, Luma. Sistema de resolução de disputa on-line: “nova” forma para pacificação social e acesso à justiça. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, vol. 1045, ano 111, p. 35-52, Nov. 2022

RODRIGUES, Marco Antonio; TAMER, Maurício. *Justiça Digital*. O acesso digital à Justiça e as tecnologias da informação na resolução de conflitos. São Paulo: Editora JusPodivm, 2021

ROQUE, Andre Vasconcelos; SANTOS, Lucas Braz Rodrigues dos. Inteligência artificial na tomada de decisões judiciais: três premissas básicas. *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Rio de Janeiro, ano 15, volume 22, número 1, p. 58-78, jan.- abril 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/53537>. Acesso em: 17 ago. 2022

ROWDEN, Emma. Distributed Courts and legitimacy: what do we lose when we lose the Courthouse?. *Law, Culture and the Humanities*. v. 14, n. 2, p. 263-281, jun. 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1743872115612966>. Acesso em: 03 nov. 2022

RUBIN, Fernando. *Análise crítica do processo eletrônico sob a ótica do direito fundamental ao processo justo*: a transição do processo físico para o processo eletrônico e os impactos em relação à divisão de tarefas entre as partes e o estado-juiz no âmbito do direito processual civil, com respeito ao direito fundamental das partes ao processo justo. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021

SADEK, Maria Tereza. Poder Judiciário: perspectivas de reforma. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 1-62, mai. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641138/8649>. Acesso em: 18 mar. 2023

SADEK, Maria Tereza. Poder Judiciário: uma nova instituição. *Cadernos Adenauer*. Reforma do Estado brasileiro: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro, vol. XI, n. 1, p. 13-21, mar. 2010

SALDANHA, Alexandre Henrique Tavares; MEDEIROS, Pablo Diego Veras. Processo judicial eletrônico e inclusão digital para acesso à justiça na sociedade da informação. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 43, n. 277, p. 541-561, mar. 2018

SALDANHA, Cristina Camila Teles; TERRA, Ana Luiza Santos; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da *et al.* Formação de redes de governança para a inovação no setor público: estudo da Rede InovaGov e Comunidade de Simplificação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, n. 71 (especial - 3), p. 212-231, dez. 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5989/1/4608-Texto%20do%20artigo-17161-1-10-20201211.pdf>. Acesso em: 01 out. 2022

SARLET, Ingo Wolfgang; SALES SARLET, Gabriele. *Separação informacional de poderes no direito constitucional brasileiro*. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2022. Disponível em: <https://www.dataprivacybr.org/documentos/separacao-informacional-de-poderes-no-direito-constitucional-brasileiro/>. Acesso em: 23 nov. 2022

SALIBA, Ana Luisa. TRF-3 recebe denúncia contra hacker que alterou documentos no sistema do tribunal. *Revista Consultor Jurídico*. 13 jul. 2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-jul-13/trf-recebe-denuncia-hacker-invadiu-sistema-tribunal>. Acesso em 29 jun. 2022

SALOMÃO, Arthur Künzel; RODRIGUES, Marco Antônio. Justiça digital e o futuro da competência territorial. *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Rio de Janeiro, vol 22, n. 3, p. 103-121, set.-dez. 2021. Disponível em: <http://www.redp.uerj.br>. Acesso em 17 fev. 2023

SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). *Inteligência artificial: tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do poder judiciário brasileiro – 1ª fase*. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, 2020. Disponível em: [https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/estudos\\_e\\_pesquisas\\_ia\\_1afase.pdf](https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/estudos_e_pesquisas_ia_1afase.pdf). Acesso em: 17 ago. 2022

SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). *Inteligência artificial: tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do poder judiciário brasileiro – 2ª fase*. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, 2022. Disponível em: [https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio\\_ia\\_2fase.pdf](https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio_ia_2fase.pdf). Acesso em: 17 ago. 2022

SALOMÃO, Luis Felipe; TAUKE, Caroline Somesom (coord). *Inteligência Artificial: tecnologia aplicada à gestão de conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro – 3ª fase*. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: [https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio\\_ia\\_3a\\_edicao\\_0.pdf](https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio_ia_3a_edicao_0.pdf). Acesso em: 24 jul. 2023

SAMPAIO, Maria Ângela da Costa Lino Franco; SAMPAIO FILHO, Milton Correia. A resistência à natureza empreendedora e dinâmica da inovação na administração judiciária: uma proposta de revisitação do *balanced scorecard* (BSC) como tecnologia de gestão para uma exitosa estratégia de inovação. *Revista de Processo*. São Paulo, ano 47, vol. 329, p. 439-468, jul. 2022

SANCTIS, Fausto Martins de. *Inteligência artificial e direito*. São Paulo: Almedina, 2020

SANTANA, Agatha Gonçalves; TEIXEIRA, Carla Noura; MOURA JUNIOR, João Valério de. O uso da jurisdição 4.0 para diagnóstico e direcionamento de políticas públicas. *Revista Em Tempo*, Marília, v. 19, n. 1, ago. 2020. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3121>. Acesso em: 22 set. 2022

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, jan/jun. 2005, p. 82-109. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222005000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 set. 2022

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. *Os tribunais nas sociedades contemporâneas*. Coimbra, 1995. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/65.pdf>. Acesso em 23 out. 2022

SANTOS, Matheus Henrique de Souza. Aspectos da governança digital da administração pública federal do Brasil sob a luz das orientações da OCDE. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, v. 25, p. 331-355, abr. 2021, Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/24/29>. Acesso em: 17 abr. 2023

SCHIAVINATTO, Fábio (org.). *Sistemas de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3097/1/Livro\\_Sistema%20de%20indicadores%20de%20percep%c3%a7%c3%a3o%20social%20\(SIPS\)\\_1%20ed.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3097/1/Livro_Sistema%20de%20indicadores%20de%20percep%c3%a7%c3%a3o%20social%20(SIPS)_1%20ed.pdf). Acesso em: 13 mai. 2023

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

SEIPERT, Priscila. O STF é pop, mas o plenário virtual não. *JOTA*, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/stf-plenario-virtual-16062021>. Acesso em: 14 jun. 2023

SILVA, Jeovan Assis da; FLORÊNCIO, Paulo de Abreu e Lima. Políticas Judiciárias no Brasil: o Judiciário como autor de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 62, n. 2, p. 119-136, 2011. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/65>. Acesso em: 18 out. 2022

SILVA, Artur Stamford da; LUCKWU, Myllena. Algoritmos de inteligência artificial e decisão jurídica: o caso da ELIS do Tribunal de Justiça de Pernambuco. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 26–42, 2022. Disponível em: <https://revista.trf1.jus.br/trf1/article/view/435>. Acesso em: 27 jan. 2023

SILVA, Otávio Pinto e. *Processo eletrônico trabalhista*. São Paulo: LTr, 2013

SILVA, Stefane de Oliveira. A utilização do ODR no processo de desjudicialização no Brasil. *Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 2, n. 1, p. 105-114, jun. 2022. Disponível em: [https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/20220726\\_REPOJURN.pdf](https://revista.tjrn.jus.br/pdfs/20220726_REPOJURN.pdf). Acesso em: 11 jun. 2023

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. *Acesso à justiça. O direito fundamental em um ambiente de recursos escassos*. São Paulo: Almedina, 2020

SILVEIRA, Ricardo Teixeira. *Análise preditiva e o consumidor litigante*. A inteligência artificial pode prever o litígio de consumo? Leme-SP: Mizuno, 2022

SIVOLELLA, Roberta Ferme. *As Premissas Fáticas e o Precedente Trabalhista: da Razão Eclética ao Virtual Law, a Concretude Objetiva segundo a Teoria do Fato Constitucional*. 2021. Tese (Doutorado em Direito). UERJ, Rio de Janeiro, 2021

SOUSA, Marcos de Moraes. *Inovação, recursos e desempenho em Tribunais do Trabalho*. 2015. Tese (Doutorado em Administração). UnB, Brasília

SOUZA, Camila Nascimento de. *O Plenário Virtual, esse outro desconhecido: um estudo sobre o novo processo decisório colegiado do STF*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023

SPENGLER, Fabiana Marion; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. A mediação digital de conflitos como política judiciária de acesso à justiça no Brasil. *Rev. Fac. Direito UFMG*. Belo Horizonte, n. 72, p. 219-257, jan.-jun. 2018

STRAPAZZON, Carlos Luiz. Estado social digital: a transformação digital dos serviços sociais. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, v. 23, n. 1, p. 87–108, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/30342>. Acesso em: 12 out. 2022

STUMPF, Juliano da Costa. *Poder Judiciário: morosidade e inovação*. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Judiciário). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2759/DMPPJ%202008%20-%20Juliano%20da%20Costa%20Stumpf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2023

STÜRNER, Michael. El proceso civil digital. Traduzido por Álvaro Perez Ragone. *Revista de Processo*. São Paulo, ano 47, vol. 330, p. 125-161, ago. 2022

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, *Recurso Especial n. 2.045.633/RJ*, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 8 ago. 2023

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Órgãos da AGU avaliam impacto do acordo com o STJ na redução de processos em todas as instâncias*. 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/19092023-Orgaos-da-AGU-avaliam-impacto-do-acordo-com-o-STJ-na-reducao-de-processos-em-todas-as-instancias.aspx>. Acesso em: 14 dez. 2023

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *O plenário virtual na pandemia da Covid-19*. Brasília: STF, 2022. Disponível em: [https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/codi/anexo/Pesquisa\\_Plenario\\_Virtual.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/codi/anexo/Pesquisa_Plenario_Virtual.pdf). Acesso em 20 out. 2022

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF faz chamamento público para projetos de inteligência artificial que automatizem resumos de processos*. 07 nov. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=518467&ori=1>. Acesso em: 29 nov. 2023

SURIANI, Fernanda. ODR Previdenciária. *Revista da AGU*, Brasília-DF, v. 21, n. 03, p. 107-124, jul./set. 2022. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/3128>. Acesso em: 18 set. 2022

SURIANI, Fernanda Mattar Furtado. *Processo, tecnologia e acesso à justiça: construindo o sistema de justiça digital*. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022b

SUSSKIND, Richard. *Online Courts and the future of Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2019

TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. A lei do governo digital no brasil: análise das contribuições à transparência pública e à concretização do exercício do controle social. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 26, n. 3, p. 788–813, set.-dez 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/18326/10511>. Acesso em: 01 out. 2022



TAYLOR, Linnet. O que é justiça de dados? Conectando direitos digitais e liberdades globalmente. In: BIONI, Bruno et al (org.). *Construindo caminhos para a justiça de dados no Brasil: o papel das defensorias públicas na proteção de dados pessoais*. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2022, p. 14-48. Disponível em: <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2022/06/ebook-defensorias-vf-.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023

TEIXEIRA, Tarcisio. *Direito Digital e Processo Eletrônico*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2020

THORSTENSEN, Vera; MATHIAS, Maria Isabel da Cunha. *Acesso à justiça: o tema como abordado pela OCDE e pelo Brasil*. São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29716/TD%20533%20-%20CCGI\\_28.pdf?sequence=1](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29716/TD%20533%20-%20CCGI_28.pdf?sequence=1). Acesso em: 03 jun. 2023

TINOCO, Leila Maria Boechat Ribeiro; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; LUQUETTI, Eliana Crispim França. Letramento digital do cidadão: proposta inclusiva no âmbito do Judiciário para efetividade ao direito de acesso à Justiça eletrônica. *Revista CNJ*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 109–124, jul.-dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/210>. Acesso em: 25 jun. 2023

TOFFOLI, José Antônio Dias; GUSMÃO, Bráulio Gabriel (coord). *Inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro*. Brasília: CNJ, 2019

TORRES, Felício Ribas. *Aprendizagem e institucionalização de práticas de controle externo: o papel das visitas técnicas do Tribunal de Contas da União*. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2222/3/Dissertacao\\_Felicio%20Ribas%20Torres.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2222/3/Dissertacao_Felicio%20Ribas%20Torres.pdf). Acesso em: 30 abr. 2023

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Referencial para avaliação de governança em políticas públicas*. Brasília: TCU, 2014

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Acórdão n. 1784/2021*, Relator Ministro Vital do Rêgo, Plenário, julgado em 28 jul. 2021

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Acórdão n. 514/2023*, Relator Ministro Aroldo Cedraz, Plenário, julgado em 22 mar. 2023

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Acórdão n. 679/2023*, Relator Ministro Jhonatan de Jesus, Plenário, julgado em 05 abr. 2023b

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ. *Sebrae-AP adere ao Programa Parceiro Digital e promoverá acesso virtual em suas unidades e junto aos empreendedores associados*. 03 out. 2022. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/sebrae-ap-adere-ao-programa-parceiro-digital-e-promovera-acesso-virtual-em-suas-unidades-e-junto-aos-empreendedores-associados.html>. Acesso em: 02 fev. 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. *TJPR lança primeira inteligência artificial generativa aplicada no judiciário para a saúde*. 23 nov. 2023. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset\\_publisher/9jZB/content/tjpr-lanca-primeira-](https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/9jZB/content/tjpr-lanca-primeira-)

inteligencia-artificial-generativa-aplicada-no-judiciario-para-a-saude/18319. Acesso em: 29 nov. 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. *TJPE e TRF5 celebram um acordo de cooperação judiciária para tramitação e julgamento dos processos que envolvem a aplicação do seguro habitacional em imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação*. Recife, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/-/tjpe-e-trf5-celebram-um-acordo-de-cooperacao-judiciaria-para-tramitacao-e-julgamento-dos-processos-que-envolvem-a-aplicacao-do-seguro-habitacional-em->. Acesso em: 10 jun. 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. *Central de Processos Eletrônicos (CPE) do Poder Judiciário de RO completa quatro anos*. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://tjro.jus.br/corregedoria/index.php/component/k2/358-central-de-processos-eletronicos-cpe-do-poder-judiciario-de-ro-completa-quatro-anos>. Acesso em: 05 fev. 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. *Fórum Digital do Tribunal de Justiça de Rondônia vence Prêmio Innovare*. 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/noticias/item/17304-forum-digital-do-tribunal-de-justica-de-rondonia-vence-premio-innovare>. Acesso em: 21 jan. 2023

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. *TRF 1ª Região implantará projeto piloto do Sistema Mandamus do CNJ para cumprimento de mandados judiciais*. 25 out. 2022. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/portaltjf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/institucional-trf-1-regiao-implantara-projeto-piloto-do-sistema-mandamus-do-cnj-para-cumprimento-de-mandados-judiciais.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023

UNITED NATIONS, *E-Government Survey: The Future of Digital Government*. New York: United Nations, 2022. Disponível em: <https://desapublications.un.org/sites/default/files/publications/2022-09/Web%20version%20E-Government%202022.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023

VALENTE, Fernanda; VITAL, Danilo. *STJ sofre ataque hacker e suspende prazos processuais até segunda (9/11)*. *Revista Consultor Jurídico*. 04 nov. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-04/stj-sofre-ataque-hacker-suspende-prazos-segunda-911>. Acesso em: 09 nov. 2023

VALLE, Vanice Regina Lírio do. *Direito fundamental à boa administração: democratizando a função administrativa*. 2010. Tese (Pós-Doutorado). Escola de Administração Pública e Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6977/VANICE%20VALLE.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023

VIANNA, Luiz Werneck Vianna; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; BURGOS, Marcelo Baumann. *Quem somos - A magistratura que queremos*. Brasília: AMB, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pesquisa-completa-amb.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023

VICENTE, Emerson. *Avanço tecnológico exige capacitação e muda forma de trabalho do servidor público*. *Folha de São Paulo*. 28 fev. 2023. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/02/avanco-tecnologico-exige-capacitacao-e-muda-forma-de-trabalho-do-servidor-publico.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2023

VIAPIANA, Tábata. TJ-SP regulamenta criação e uso de robôs, aplicações e banco de dados. *Revista Consultor Jurídico*. 26 mar. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-29/tj-sp-regula-criacao-uso-robos-aplicacoes-banco-dados>. Acesso em: 12 abr. 2023

VITAL, Danilo. CNJ avalia se deve proibir juízes de usar ChatGPT para fundamentar decisões. *Revista Consultor Jurídico*. 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-26/cnj-avalia-proibir-juizes-usar-chatgpt-decisoes>. Acesso em: 26 jul. 2023

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Pesquisa empírica sobre o Plenário Virtual do STF. In: *Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias*, 09 set. 2021. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bZ-q-jR0mE>. Acesso em: 23 jun. 2023

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: WATANABE, Kazuo. *Acesso à ordem jurídica justa (conceito atualizado de acesso à justiça)*. Processos coletivos e outros estudos. Belo Horizonte: DelRey Editora, 2019, p. 03-10

WIMMER, Miriam e DONEDA, Danilo. “Falhas de IA” e a Intervenção humana em decisões automatizadas: parâmetros para a legitimação pela humanização. *Revista de Direito Público*, Brasília, v. 18, n. 100, p. 374-406, out.-dez/2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6119>. Acesso em: 16 ago. 2022

ZANONI, Luciana Ortiz Tavares Costa. A mudança cultural da gestão judicial: inovação como base da busca da excelência do serviço público. In: GREGÓRIO, Álvaro *et al.* *Inovação no judiciário: conceito, criação e práticas do primeiro laboratório de inovação do Poder Judiciário*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 41-58

ZANONI, Luciana Ortiz Tavares Costa; BOCHENEK, Antonio César. A Tecnologia e o novo design organizacional no Poder Judiciário. *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*. São Paulo, vol. 1, n. 1, out.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/webrevistas/rdtec-revista-de-direito-e-as-novas-tecnologias.html>. Acesso em: 12 ago. 2022

ZULLO, Bruno; TORRES, Maurílio; ARAÚJO, Valter Shuenquener de. Big data, algoritmos e inteligência artificial na Administração Pública: reflexões para a sua utilização em um ambiente democrático. In: BARBOSA, Mafalda Miranda; NETTO, Felipe Braga; SILVA, Michael César *et al.* *Direito Digital e Inteligência Artificial*. Diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Editora Foco, 2021, p. 477-493